

## Comissão do Senado rejeita dados de Sarney sobre devastação amazônica

Da Sucursal de Brasília e da Redação

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Amazônia, concluído na quarta-feira pelo senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), determina que o índice correto do desmatamento na Amazônia Legal até 1988 é de 7,01%. Esse número contraria a afirmação do presidente José Sarney no dia 6 de abril, durante a apresentação do programa "Nossa Natureza", de que foram desmatados 5,12% da região amazônica desde a descoberta do Brasil.

A declaração do presidente baseou-se em um levantamento

do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe). Os 2% de diferença correspondem a 92,5 mil km<sup>2</sup>, área equivalente ao dobro da superfície do Estado do Rio de Janeiro.

O índice de 5,12% de desmatamento divulgado por Sarney representa 251,4 mil km<sup>2</sup>. Segundo um relatório de abril divulgado pelo Inpe, este seria o total de área desmatada até o ano passado. O documento não menciona desmatamentos antigos, isto é, anteriores a 1960. No início de maio, o órgão apresentou uma segunda versão do relatório, com o total de 343,9 mil km<sup>2</sup> como "valor incluindo

desmatamentos antigos".

O relatório da CPI assegura, porém, que os dados do Inpe "merecem fé e não podem ser censurados" porque, segundo Passarinho, há diferentes métodos para a avaliação do desmatamento. De acordo com o senador, "não se confirmam" as projeções do Banco Mundial, segundo as quais a destruição da Amazônia já teria chegado a 12%. Passarinho taxou de "meramente especulativas" as estimativas de Thomas Lovejoy, presidente da Smithsonian Institution, que avalia a devastação em cerca de 17%, e a do deputado Fabio Feldmann, de 10%.